



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### TRAMAS E TENSÕES NA TECITURA DE UMA PROPOSTA CURRICULAR: POR UMA HERMENÊUTICA CRÍTICA

Sandra Suely de Oliveira Souza\*  
(UESB)

#### RESUMO

Este artigo é fruto do projeto de pesquisa de doutorado e o tema currículo está fortemente vinculado a minha experiência formativa. O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta uma breve introdução para justificar a intenção da pesquisa, o problema e as questões norteadoras objetivantes do estudo. A segunda parte apresenta as principais discussões teóricas acerca das políticas curriculares e a terceira compõe o referencial teórico-metodológico da pesquisa que subsidiará a análise do corpus empírico podendo ser flexibilizado durante a trajetória a partir de (re)construções teóricas, de adequações a realidade pesquisada e de novos olhares lançados à construção do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas curriculares, Interpretação, Reinterpretação.

#### INTRODUÇÃO

Primeiro parto da reflexão de que lançar uma proposta de pesquisa tem que estar de alguma maneira ligada ao universo do pesquisador, seja pelas construções cognitivas e/ou pela trajetória no campo experiencial. Meu interesse por este objeto advém primeiro pela necessidade de aprofundar meu olhar sobre a natureza e o alcance atual que o campo epistemológico do currículo tem em um

---

\* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), mestre em Educação e doutoranda pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) no programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED), vinculada a linha de pesquisa Currículo e (in) formação, tendo com orientadora a professora Dra. Maria Roseli Sá. E-mail: sandraso.s@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

momento histórico permeado pela vulnerabilidade nos variados contextos da sociedade quais sejam: social, político, econômico educacional e cultural.

As transformações no âmbito global têm indicado novas e complexas exigências no campo da educação. Dentre essas principais transformações verificadas nesses últimos tempos, destaco os intensos processos de mudança econômica, social, política, cultural e ideológica, gerados e impulsionados pelo fenômeno da globalização, caracterizado por avanços macroeconômicos e ação protagonista de atores internacionais, além das conquistas tecnológicas em geral.

Paradoxalmente, esses avanços estão acompanhados do aumento das populações socialmente excluídas e da pobreza extrema, o que significa, cada vez mais, em precárias condições de moradia, saúde, educação e emprego. A exclusão está presente em várias formas de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, como fenômeno de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade aos benefícios econômicos, políticos, sociais e culturais, ou seja, vivemos para ver a exacerbação do refugo humano (BAUMAN, 2004) fruto da discrepância na distribuição de renda que corrobora para grande parte da humanidade não conseguir se inserir no processo de globalização.

Penso que a escola, por ser espaço de aprendizagem sistemática e, como instituição encarregada da circulação do conhecimento e preparação dos indivíduos para futuros papéis, pode, dentre outros fatores, contribuir estrategicamente para a superação das contradições e desafios atuais. Para tanto, não basta à mera expansão do sistema escolar com avanços quantitativos no atendimento à escolarização da população, mas sua transformação qualitativa, bem como a reafirmação do compromisso estatal com a educação, enquanto política social global e não como demanda setorial. Portanto, é preciso colocar em cena a questão do currículo como eixo de discussão contínuo, para não incorrer no



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

risco de cultivos de compreensões descomprometidas com as consequências sociais da educação (MACEDO, 2007, p.18).

Iniciei em 2006, como membro da comissão de reformulação curricular do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no campus de Jequié, -locus de minha extensiva caminhada profissional- as discussões na arena e os confrontos dessa longa discussão foram e ainda são muitos e tensivos. As idas e vindas do pensar se sustentavam e se sustentam sobre a emergência de uma nova configuração do curso. Desde sua gênese, o curso apresenta um formato de fragmentação epistemológica com o isolamento das disciplinas, o que implica de um lado, a descontinuidade nos estudos das temáticas, de outro, campos epistemológicos explorados sem articulação entre si.

Essas lacunas localizadas estão marcadas pela própria história do curso de Pedagogia a nível global. As propostas lançadas e as implementações foram diversas no longo caminho que marcou e marca a história do curso de Pedagogia no Brasil. Pelos meandros da incerteza, a conformação das políticas de Formação dos Profissionais da Educação, em nosso país, se define pelo conflito entre duas forças. A primeira delas representada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE) baseia-se em conceitos como capacitação em serviço, treinamento dos professores e formação de especialistas voltados para a necessidade do mercado de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade. A segunda, representada por organizações de grupos de intelectuais em torno das políticas de formação apóia-se nos conceitos de escola como instituição social, lugar de produção de conhecimentos historicamente constituídos, sua relação com a sociedade, seu papel social entendido como um ato político, sendo o educador um agente transformador da realidade (ALMEIDA, 2007).

A conjuntura conflituosa e complexa em torno do Curso de Pedagogia coloca



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

em jogo diferentes projetos de formação de professores apresentando concepções de sociedade defendida por vários intelectuais. Só para lembrar, o processo de reforma do curso de Pedagogia vem desde a década de 90 e precisamente em 1999, atendendo as determinações do Governo Federal, o Conselho Nacional de Educação (CNE) compôs uma Comissão de Especialistas de Ensino em Pedagogia (CEEP), com representantes de diversas instituições de educação, com intenção de formular uma proposta de Diretrizes para o referido curso, no qual a docência foi posta como base comum nacional. O mesmo aconteceu em 2001 com o documento da nova Comissão de Especialistas de Formação de Professores (CEFP) empossada pelo CNE com a mesma finalidade – propor diretrizes para os cursos de formação de professores, inclusive para o Curso de Pedagogia. (TRICHES, 2010)

Libâneo (2007) sugere uma definição mais clara para o entendimento do curso de Pedagogia e, portanto, mais visibilidade para a identidade do pedagogo. Ele concebe como característica fundamental da pedagogia, ocupar-se da educação intencional como uma atividade que se debruça sobre os problemas sociais e, como tal, investiga os fatores que contribuem para a construção do ser humano como membro de uma sociedade em constante mudança, sendo preciso que se considere a existência de uma intencionalidade educativa mediadora do individual e coletivo.

As ambiguidades identificadas nas discussões foram abrindo espaço para gerar nos estudantes do curso a incerteza quanto ao seu papel no exercício da profissão, levando-os a caminharem em “areia movediça”, fruto das contradições encontradas nos discursos e propostas que regulamentam o perfil desse profissional. A identidade do pedagogo ainda é obscura e carente de uma legislação clara e consistente.

No ano de 2005 e no início de 2006 estabeleceu-se um processo de negociação entre o CNE (Conselho Nacional de Educação) e grupos interessados no assunto. Por conta das pressões e discordâncias, em dezembro de 2005 chegou-se



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

ao Parecer CNE/CP n. 5, de 13 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005g), aprovado pelo CNE e encaminhado ao MEC para homologação. No início do ano seguinte, após a adaptação legal, o CNE divulgou novo documento, Parecer CNE/CP n. 3, de 21 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006a), encaminhado ao MEC, sendo este homologado e transformado na Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (TRICHES, 2010).

Frente a um cenário de incertezas e instabilidade no Curso de Pedagogia numa dimensão global, é possível entender que os reflexos atingem também a nível local. A fragilidade do curso está instalada desde o seu nascedouro em 1997 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). No ano de 2006 se pensou então em instituir uma Comissão para elaborar uma nova proposta de Reformulação Curricular para o Curso de Pedagogia da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) no campus de Jequié, um pouco antes disso entrou em discussão também a reforma do referido curso tanto em Vitória da Conquista quanto em Itapetinga. No transcurso das discussões, entra em cena a resolução CNE/CP nº 01/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia. Era preciso então pensar um novo desenho curricular considerando essa resolução.

A valiosa experiência como membro da comissão de reformulação curricular do Curso de Pedagogia na UESB em Jequié, despertou em mim algumas inquietações no sentido de perceber significações que preenchem as disputas arroladas nas vozes dos atores sociais participantes do processo de discussão no ato de gestar uma proposta curricular. A partir dessas inquietações passei a levantar alguns questionamentos que de certa forma levaram ao que hoje tenciono pesquisar. Ou seja, a intenção é entender como a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia efetivado pela Resolução



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

CNE/CP n. 1/2006 foi reinterpretada na arena do processo de reforma curricular do Curso de Pedagogia na UESB?

A pesquisa está orientada para responder às questões de como se deu a política de organização do processo de reformulação curricular do Curso de Pedagogia na UESB e quais discursos fundamentaram o desenho da nova proposta? Como os atores sociais envolvidos no processo de reformulação estabeleceram as relações e quais os principais embates e desafios apresentados no contexto da produção do texto?

A investigação perpassa pela intenção de perceber como os discursos foram se constituindo na arena da reforma curricular, visando trazer para o plano interpretativo as significações das vozes ecoadas pelos atores sociais envolvidos no processo de reformulação do referido curso das três unidades de ensino do ano de 2006 ao ano de 2010, a fim de perceber as tramas, tensões e ambivalências plasmadas no processo de tessitura da reformulação curricular até culminar a materialização do texto escrito.<sup>485</sup>

### **Sobre currículo: revisando conceitos e tendências**

No que concerne ao currículo, verificam-se amplos estudos, já realizados, com mobilizações decisórias e mutatórias nos mais variados campos escolares. Isso significa que a discussão não se esgota, pois sabemos que as redes intercomunicantes nesse campo perpassa a partir das necessidades que paulatinamente se acentuam num percurso histórico, arroladas no jogo da “relação com o conhecimento eleito como educativo (GOODSON, 1999, apud Macedo, 2007)

---

<sup>485</sup> Tomo como período interpretativo os debates ocorridos do ano de 2006 até o ano de 2010, quando então foi anunciada finalização do processo de reformulação nos três campi.

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

enquanto construção social articulados com outros processos e procedimentos pedagógicos-educacionais” (MACEDO, 2007, p.24-5, grifo do autor).

Lopes e Macedo (2002) afirmam que as preocupações com o currículo no Brasil datam dos anos 20. Deste este período até os anos 1980, o currículo esteve atrelado pelo viés funcionalista viabilizado por acordos bilaterais entre o governo brasileiro e o norte-americano dentro do programa de ajuda à América Latina. Só depois da década de 80, com a redemocratização do Brasil, o currículo passa a ser discutido como capacidade de intervenção política.

Ainda no início dos anos 1990, o currículo passou a ser discutido com ênfase no conhecimento e em torno da questão da multirreferencialidade, por compreender o currículo de natureza complexa que exige uma rede múltipla de referenciais para ser interpretado. Nesse momento começa a incorporar os enfoques pós-modernos e pós-estruturalistas.

Chegando à segunda metade da década de 1990, o currículo passa a se configurar de maneira híbrida, como destacam as autoras Lopes e Macedo (2002), e com isso, a dificuldade de saber definir o currículo. Assim, três grupos principais tiveram evidência na produção de currículo no Brasil segundas essas autoras: a perspectiva pós-estruturalista; o currículo em rede, bem como, a história do currículo e a construção do conhecimento escolar.

Silva (2001) tece suas reflexões na perspectiva da cultura e do currículo como relações sociais de poder. Seu argumento é de que existe um vínculo inseparável entre significação e poder. Significar é fazer valer significados próprios de um grupo social. As relações de poder em parte são o resultado de práticas de significação. Nesse sentido, o currículo visto como discurso, como matéria significativa, não pode ser separado de relações de poder. Assim, pensar o currículo como ato político consiste em destacar seu envolvimento em relações de poder.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Para este autor, o currículo como espaço de significação, também está vinculado ao processo de formação de identidades sociais. Em meio aos processos de representação, de inclusão e de exclusão, de relações de poder é que se constroem as identidades sociais que dividem o mundo social. O autor completa dizendo que, o currículo não pode ser concebido tão somente como espaço de transmissão de conhecimento, mas, ocupa também um lugar central para definir aquilo que somos, no que nos tornamos e nos tornaremos: O currículo produz, o currículo nos produz (SILVA, 2001, p.27).

As tramas engendradas no universo complexo e contraditório da subjetividade humana habitada por desejos, crenças, valores, gostos e intenções que se lançam para discutir/definir o currículo, não é tarefa simples, pois, desse movimento, na arena estão implicados diversos eixos que não podem ser ignorados – ideológicos, pedagógicos, culturais, econômicos, políticos – que, em conjunto, assumem uma posição decisória quanto aos conhecimentos necessários para consolidar a formação humana e profissional, e no caso desse estudo, o profissional da educação que intervirá nos problemas, nas incertezas e nos paradoxos sociais.

### **Pressupostos teórico-metodológicos pretendidos para a pesquisa**

Propondo uma pesquisa pela hermenêutica no meandros da arena que engendrou o tecido das discussões, proposições e definições do novo desenho curricular do curso de Pedagogia nos três campi da UESB, considero de suma importância deixar registrado esse movimento porque daí pode-se perceber o quão é fecundo desmistificar a ideia de currículo como um ato isolado, estático, linear e impositivo para concebê-lo como ato propositivo que envolve uma



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

dinâmica englobante de posições políticas, ideológicas, culturais e porque não dizer pessoais.

Intenciono fazer pesquisa praticada no rigor da etnopesquisa crítica orientada para uma hermenêutica etnográfica (MACEDO, 2009), seguindo pela via interpretativista dos significantes plasmados nos (de) encontros dos sujeitos com a intenção “escutar” o silenciamento e/ou projeção das vozes dos atores atuantes, bem como, compreender como os atores implicados no processo de reformulação pensaram, gestaram, articularam e democratizaram os discursos arrolados no processo de elaboração para a materialização do texto final.

Para tanto, o estudo terá por base teórico-metodológica as contribuições formuladas por Stephen Ball no que tange as políticas educacionais por ser um teórico que aporta com extensiva produção intelectual extremamente fecunda para o estudo das políticas públicas curriculares. O debate acerca das políticas públicas tem crescente relevância quando dialogado com as ciências sociais e educação, principalmente quando referendado pela atuação dos atores sociais e grupos implicados na produção da política. Ball tem como foco os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2007).

Após revisão das primeiras formulações conceituais sobre o ciclo de políticas, Ball e Bowe apresentam a obra *Reforming education and changin schools*, publicada em 1992, onde propõem uma nova versão do ciclo de políticas como um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o da prática. Segundo Mainardes (2007) para Ball esses contextos não são lineares, mas, inter-relacionados sem uma dimensão temporal ou sequencial.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Reforçando os argumentos acima, Ball (2001) tece seu pensamento numa perspectiva que se insere no debate de políticas que “produzem” ou promovem novos valores, novas relações e novas subjetividades na arena da prática. Ou seja, seu pensamento repousa na afirmação de que as políticas tanto na educação quanto nos serviços públicos em geral se inserem numa “unidade articulada” de um conjunto de estratégias de reformas que, no nível micro em diferentes Estado Nação, novas tecnologias têm produzido novas práticas de trabalho e novas subjetividades de trabalhadores, e a nível macro, em diferentes Estado Nação, estas disciplinas geram uma base para um novo “pacto” entre o Estado e o capital e para novos modos de regulação social operados tanto no Estado quanto nas organizações privadas (BALL, 2001. Grifo do autor).

Dessa forma, o referencial proposto nesse estudo oportuniza evidenciar elementos para uma interpretação inovadora e crítica na arena de reforma curricular do Curso de Pedagogia na UESB, tendo como protagonistas os atores sociais envolvidos na reforma assumindo um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação da Resolução CNE/CP n. 1/2006 gestado pelas políticas públicas (contexto da influência) para o alcance de um novo desenho curricular a partir de interesses e propósitos diversos marcado pelos significantes dos textos produzidos no entrelaçamento dos discursos (contexto da produção de texto) dos atores sociais que participaram do desfecho, das disputas, embates e des(encontro) das múltiplas vozes.

É pertinente dizer que a contribuição de Stephen Ball será de grande peso nesse estudo por percebê-lo bem próximo do objeto da pesquisa que proponho quando pretendo discorrer sobre o âmbito das políticas curriculares. Em contrapartida, proponho uma segunda voz para o tratamento interpretativo do corpos empírico quando convoco a hermenêutica crítica como ato de rigor reflexivo da pesquisa, e desse modo, proponho fazer um entrecruzamento entre

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

teórico Stephen Ball com a hermenêutica cunha por Paul Ricoeur por se tratar de um estudo como já adiantei, trasladado pela hermenêutica intercrítica. Não pretendo fazer um movimento comparativo entre os teóricos. O que intenciono para substancializar a pesquisa é encaminhar possíveis aproximações com vistas a ampliar minha percepção acerca do fenômeno investigado suscitando daí, proposições significativas para o campo da pesquisa qualitativa.

Ball (2006) argumenta estar também interessado em uma “política ontológica”, entendendo que é importante incluir as pessoas nas pesquisas. Assim ele diz que:

[...]estou também interessado em questões sobre a ontologia da política que é ignorada por essa concepção: particularmente, a forma como nós tornamos as políticas encarnadas. Há um silêncio surdo no coração desses textos diligentes, abstratos e metódicos. Tanto as pessoas que “fazem” as políticas quanto àquelas confrontadas com elas são deslocadas. (BALL, p.26, grifos do autor).

Outra contribuição do trabalho de Stephen Ball para a análise das políticas é a concepção de política como texto e política como discurso. Para esse autor o texto físico tem uma história representacional e interpretacional. Tanto o texto e os seus leitores quanto o contexto de resposta têm história (MAINARDES, 2007, p. 37).

Os discursos dizem respeito ao que pode ser dito e pensado, mas também a quem pode falar, quando, onde e com que autoridade (apud BALL, 1994, MAINARDES, 2007, p. 39). Há um limite sobre o que é permitido pensar com efeito de distribuir “vozes”, sendo somente algumas vozes legitimadas e investidas de autoridade.

No que se aplica a produção do discurso e a produção de texto, proponho estabelecer então o entrecruzamento teórico anunciado acima entre Ball e Ricoeur.

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Desse movimento é possível adentrar pela hermenêutica. Na voz do próprio Ricoeur (2008, p. 23): a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação do texto e o texto é mais que uma comunicação inter-humana. Ou seja, é função positiva e produtora do distanciamento na comunicação que revela a própria historicidade da experiência humana.

A linguagem ocupa o primeiro lugar de importância na hermenêutica de Ricoeur (2008) e mais precisamente a linguagem escrita. Nesse sentido o autor organiza cinco temas para a constituição dos critérios da textualidade, quais sejam: a efetuação da linguagem como discurso; a efetuação do discurso como obra estruturada; a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; a obra de discurso como projeção de um mundo e por último, o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si.

### CONCLUSÕES

Os argumentos propostos nessa pesquisa estarão estreitamente vinculados aos referenciais teóricos adotados considerando as questões norteadoras suscitadas a partir do problema levantado.

A abordagem do ciclo de políticas de Ball será um importante referencial analítico para o direcionamento pretendido na pesquisa e o desafio maior se insere no exercício propositivo do rigor qualitativo alcançado no ato de criar aproximações pensantes com a hermenêutica de Ricoeur em busca de uma consistência própria e apropriada no ato livre de pesquisador implicado (GALEFFI, 2009, p. 59) com abertura para refazer o caminho na itinerância do ato de pesquisar.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Costa. O curso de Pedagogia da UNICAMP: marcas de formação. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

BALL, Stephen. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, jul./dez.2001; v. 1, n. 2, pp. 99-116.

\_\_\_\_\_. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem fronteiras, jul./dez.2006; v. 6, n. 2, pp. 10-32.

BAUMAN, Zigmunt. Vidas desperdiçadas. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GALEFFI, Dante. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas. MACEDO, Roberto Sidnei. GALEFFI, Dante.

PIMENTEL, Álamo. Salvador: EDUFBA, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos para quê? 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, Jefferson. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2007.

MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: Outras luzes: um rigor intercrítico para uma etnopesquisa política.

MACEDO, Roberto Sidnei. GALEFFI, Dante. PIMENTEL, Álamo. Salvador: EDUFBA, 2009

RICOEUR, Paul. Hermenêutica e Ideologias. (Org.). Trad. Ap. Hilton Japiassu. Petrópolis, 2008.

SILVA, Tomas Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TRICHES, Jocemara. Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores. Florianópolis, SC, 2010, 218 p. [dissertação de mestrado].